



REVISTA DA  
UNIÃO BRASILEIRA  
DE COMPOSITORES  
#18 / SETEMBRO DE 2013



**DIREITOS  
AUTORAIS:  
UMA NOVA  
LEI PARA  
RECRIAR  
NOVOS  
PROBLEMAS**

Qual é a  
diferença  
entre

# OBRA E FONOGRAMA?

Quem paga pelos **DIREITOS  
AUTORAIS**

e qual é o preço  
pela execução?

Como funciona a

# DISTRIBUIÇÃO?

**NUNCA FOI TÃO FÁCIL CONHECER  
AS RESPOSTAS PARA ESSAS  
E MUITAS OUTRAS PERGUNTAS  
RELACIONADAS À GESTÃO COLETIVA.**

ACESSE O GUIA DO ASSOCIADO ON-LINE E ENTENDA, DE MODO SIMPLES  
E DIRETO, COMO FUNCIONA O MUNDO DOS DIREITOS AUTORAIS.

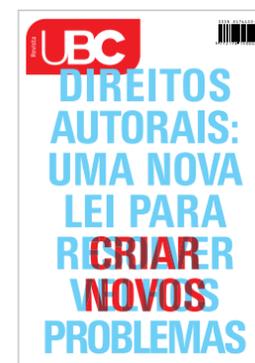
[HTTP://WWW.UBC.ORG.BR/GUIADOASSOCIADO/INDEX.HTML](http://www.ubc.org.br/guiadoassociado/index.html)



União  
Brasileira dos  
Compositores



REVISTA  
DA UNIÃO  
BRASILEIRA DE  
COMPOSITORES  
#18 : SETEMBRO DE 2013



## EDITORIAL

O direito autoral é uma conquista da civilização, o contrário é a barbárie. O direito autoral é um dos direitos humanos (carta da ONU). Ao autor pertence o direito exclusivo de utilizar sua obra (cláusula pétrea da Constituição). O direito autoral é um direito privado. Somos capazes de criar e administrar o que nos pertence. Para isso, não precisamos da mão do Estado. Há dois lados na questão: o criador que quer receber e empresas que não querem pagar. Para resolver isso, a Justiça e o Estado podem e devem colaborar.

*Fernando Brant*



## ÍNDICE

04 : NOVIDADES **NACIONAIS**

07 : FIQUE DE OLHO

08 : MEMÓRIA: **VINICIUS DE MORAES**

10 : MERCADO: AGREGADORES DIGITAIS

12 : **CAPA**

16 : ENTREVISTA: **VICTOR BIGLIONE**

18 : HOMENAGEM: **EDUARDO ARAÚJO**

20 : ARRECADAÇÃO

22 : **JUSTIÇA**

### Correção

Diferentemente do que informamos na edição de junho, o litígio entre a TV Globo e o Ecad referente aos valores pagos pela utilização de músicas pela emissora em sua programação se arrasta desde 2005.

A **Revista UBC** é uma publicação da União Brasileira de Compositores, uma sociedade sem fins lucrativos que tem como objetivos a defesa e a distribuição dos rendimentos de direitos autorais e o desenvolvimento cultural / **Diretoria:** Fernando Brant (presidente), Abel Silva, Aloysio Reis, José Antônio Perdomo, Manoel Nenzinho Pinto, Ronaldo Bastos e Sandra de Sá / **Diretora-executiva:** Marisa Gandelman / **Coordenação editorial:** Elisa Eisenlohr / **Projeto gráfico e diagramação:** 6D / **Editor:** Alessandro Soler (MTB 26293) / **Colaboraram nesta edição:** Bruno Albertim, Bruno Calixto, Leonardo Faria e Leonardo Lichote / **Tiragem:** 5.300 exemplares / Distribuição gratuita

**UBC** União  
Brasileira dos  
Compositores

## O ÁLBUM DE CLARICE

Jovem musa consagrada pela internet, a pernambucana radicada no Rio Clarice Falcão chega agora ao formato disco. Reuniu as canções meio folk, de letras longas, narrativas, sobre amores exagerados e agruras diárias com golpes de humor sério, no CD "Monomania". Uma semana antes de sair, o álbum já estava em terceiro lugar no ranking da loja digital iTunes. Quase todas as músicas eram conhecidas no canal da moça na rede. Insegura assumida, daquelas que brincam com a própria timidez, ela agora se prepara para divulgá-lo nos palcos. Paralelamente, a namorada do ator e humorista Gregório Duvivier continua escrevendo e atuando no humorístico digital "Porta dos Fundos".

## A CONDIÇÃO HUMANA DE GUILHERME ARANTES

Morador, por opção, da Bahia há uns bons anos, Guilherme Arantes lança novo disco em que retoma a sonoridade "cheia de charme" da virada dos anos 70 para os 80, quando, não raro, lotava estádios. "Desta vez foi mandatório não fazer nenhuma concessão e não ficar ouvindo abobrinha de nenhum produtor que tenha caído 'de paraquedas' no meu trabalho...", ele diz. "Condição Humana" é o 22º álbum da carreira de Arantes, lançado com exclusividade pela Coaxo de Sapo, sua gravadora. Apesar da longa experiência, o cantor e compositor define o novo trabalho como "seminal". O álbum pode ser ouvido integralmente na página do músico no Soundcloud.

## AS 12 FÊMEAS DE MARCELO NOVA

Um disco "declaradamente heterossexual", com o tempero inegável da ironia do roqueiro baiano radicado em São Paulo, "12 Fêmeas" é o novo trabalho de Marcelo Nova. Desde "O Galope do Tempo" (2005), o ex-parceiro de Raul Seixas não lançava um álbum de inéditas. Na fórmula, claro, violões e muitas guitarras distorcidas. Os títulos das canções indicam que o artista não perde a verve: "Claro Como a Luz (Escuro como Breu)", "Blue Eyes", "Inverno Impiedoso", "O Nome do Jogo", "Sinais de Fumaça" e "Temporada no Inferno" evocam temas caros à obra de Marcelo.

## TONI FERREIRA ESTREIA

A voz ambígua, ligeiramente metálica e andrógina, de Toni Ferreira agora tem terreno próprio. Conhecido como um dos fiéis escudeiros da turma da Maria Gadú, o intérprete está com seu primeiro disco nas prateleiras. Lançado pela Universal, o álbum leva o nome do cantor e tem repertório vasto. "Reuni tudo o que sempre cantei e gostei. Procuro não rotular o que faço. É música brasileira. Tem um pouco de samba, de xote, umas coisas com som mais pesado. Tudo é feito com uma unidade que não dá para dizer se é rock ou MPB", diz. No disco, a amiga Gadú terça vezes com ele na faixa "Reflexo de Nós". Há também as regravações de "Menino Deus", de Caetano Veloso, e "Saber de uma Alma", de João Guarizo. Apesar de momentos mais polissônicos, a suavidade predomina nas canções com cordas de violão e até guitarra portuguesa. "Amor Pra Que Nasceu", de Martinho da Vila, ganha delicadeza numa versão piano e voz.

## THUNDERBIRD E O ROCK

Tem referência à onda de protestos que tomou o país, como na faixa "Rock Diferenciado". Tem participação de André Abujamra na letra de "Se Eu Fosse Ela". E tem a energia de sempre, depois dos 25 anos de estrada, no quarto álbum oficial de Luiz Thunderbird e Devotos de Nossa Senhora de Aparecida. "Osciloscópio" traz dez faixas inéditas e faz uma releitura roqueira do clássico "Adivinhão", de Bob Santiago, hit sessentista. No disco, os Devotos estão em paz com o bom e velho rock 'n' roll, com algumas pitadas de rockabilly e blues amplificado. Além de Thunderbird, a banda é formada por Paulo Zinner (bateria), Marcelo Binaghi (guitarra/baixo/backing vocal) e Ricardo Kriptonita (guitarra/backing vocal). "Osciloscópio" já está disponível em *streaming* no site oficial da banda ([www.tdnsa.com](http://www.tdnsa.com)).



Foto:Arquivo pessoal

## O NORDESTE SEGUNDO NETO LOBO

Projeto conceitual recheado de histórias do cotidiano dos interiores do Nordeste, o novo disco da banda Neto Lobo e a Cacimba é um grande rosário de crônicas musicais, com um franco pé no pop, de alegrias, desalentos, amor à terra e outros sentimentos. Aliás, não é ainda. Será: a banda liderada pelo cantor, compositor e violonista Neto Lobo, com Duda Brandão (guitarra), Jonatas Fernandes (baixo e vocal), Sidnei Rasta (bateria) e Tiago Coelho (percussão) finaliza no momento seu novo álbum. O nome do disco é também um libelo à região: "Meu Pé de Umbu". No conjunto, o mesmo arsenal que consagrou o primeiro álbum: harmonias costuradas por bateria, pandeiro, surdo e instrumentos mais regionais, como os timbaus e as zabumbas. Do álbum anterior, "A Peleja do Diabo com a Flor", acabou incluída na trilha sonora na novela adolescente "Malhação".

## ARNALDO, MÊS A MÊS

Arnaldo Antunes anda sem pressa. Novo álbum do cantor e compositor, "Disco" está saindo, mês a mês, desde junho, em *streaming* no site do cantor. Serão quatro faixas liberadas, na primeira segunda-feira de cada mês, até que o disco físico chegue às lojas, somente em outubro. Ele diz que "pretendia tirar esse ano apenas para shows". Resolveu, então, ir gravando aos poucos, nos intervalos entre viagens e projetos paralelos, para lançar no final do ano. Assim, o trabalho iria "se configurando num prazo mais largo". Mas, no caminho, surgiu a ideia: mostrar tudo aos pouquinhos, digitalmente, à medida que ele ia acontecendo. Uma das letras, "Tarja Preta", já faz sucesso na rede. Seus versos: "Quando ela chega de bandeja muito sem noção / abala o baile, em cada cara o queixo cai no chão / quando ela surge de lambuja dentro do salão / nem o doutor percebe tanta contraindicação / vai subindo na cadeira e rebolando no balcão do bar / remexendo na gaveta essa capeta separando o par / a galera se excita e palpita: quem vai encarar? / quero ver, agora quero ver quem vai chegar / ela é tarja preta / é tarja preta / é tarja preta". O disco conta até com um quarteto de cordas. Desde "Iê, Iê, Iê", de 2009, Arnaldo não lançava um novo álbum de inéditas. Os curiosos e ansiosos podem conferir em [www.arnaldoantunes.com.br](http://www.arnaldoantunes.com.br).



## DOIS POR TODOS

Se o cronista Xico Sá está mesmo certo quando diz que a Nação Zumbi está para o Recife como os Beatles estão para Liverpool, o novo álbum com a rubrica da NZ deve entrar para a história, como uma espécie de "Sg. Peppers Lonely Heart Club Band" da manguceira pernambucana. Isso porque os malungos dividem o álbum com ninguém menos que Mundo Livre S/A, o segundo nome da santíssima dualidade que encampou o movimento mangue e fez a música pernambucana contemporânea extrapolar suas fronteiras. Com um traço inestimável. Como o nome sugere, em "Mundo Livre S.A vs Nação Zumbi", uma banda recria e interpreta o repertório da outra. "A empolgação é total! A gente voltou àquele clima de brodagem que havia no início da cena", diz Zero 4, líder da Mundo Livre, sobre o início dos anos 1990, quando os caranguejos com cérebro começaram a cantar, a partir do Recife, para o mundo. Os entusiastas da lama musical recifense já tratam o petardo como histórico.

Foto: Rafael Cañas



# ROCK TIPO SAMBA-CANÇÃO

**FILIFE CATTO LANÇA PRIMEIROS CD E DVD AO VIVO E REVELA QUAIS VOZES INFLUENCIARAM SEU TIMBRE PARTICULAR**

Foto: Diego Ciarlariello

Por Bruno Albertim, do Recife

Filipe Catto já disse, várias vezes, que compõe e grava para poder estar "durante uma hora e meia no palco", quando, apesar do respeito e de certa contenção da plateia, "rola uma coisa animalesca, maluca", com o público. Animal cênico por natureza, Catto traz, agora, a energia dos shows para seus primeiros DVD e CD ao vivo.

No duo "Entre Cabelos, Olhos e Furacões", ele consegue, como muitos tentam e poucos logram, fundir a vitalidade do espetáculo à precisão técnica dos estúdios. Além do repertório obrigatório de "Fôlego", o disco que o revelou, traz ainda temas que nunca tinha gravado.

Por exemplo, o registro de "Eu Te Amo", célebre versão de Roberto Carlos para "And I love her". Ou "20 e Poucos Anos", de Fábio Júnior, escalada para fechar o repertório. "Essas músicas explicam de onde eu vim", diz, nesta pequena entrevista, o intérprete que tem feito do rock' n' roll um visceral samba-canção.

**Como e por que você resolveu incluir "20 e Poucos Anos" e "Eu Te Amo" no reperório do DVD? O que essas canções falam para você?**

São músicas que falam de onde eu vim, da minha mãe ouvindo rádio, das coisas que eu cantarolava quando era criança e que sempre me emocionaram. Acho que são clássicos, músicas inesquecíveis e que não poderiam ficar de fora de um momento em que eu estou contando minha história através de um espetáculo.

**Você, em inúmeras ocasiões, disse que é e quer ser um artista do palco, mais do palco que do estúdio. Gravar ao vivo e registrar em DVD é trazer o palco para o estúdio?**

Não exatamente, porque a gravação ao vivo propõe outros desafios. É como uma fotografia daquele instante, daquele dia, daquele show específico naquele momento. Então, existe uma verdade que é maravilhosa e também cruel, porque ela propõe esse espelho para a gente se enxergar de forma nua e crua. Eu gosto desse desafio e acho que é muito importante que eu passe por isso agora. O estúdio é outra maluquice, é um laboratório de criação, de invenção, onde as coisas se desenham para a gente levar até o público... A dinâmica é completamente diferente, porque o palco é palco. E o estúdio pode ser tudo.

**Você também já rechaçou as comparações simplistas com Ney Matogrosso. Mas eu consigo ouvir, muitas vezes de maneira extremamente imbricada, impossível de decupar, várias vezes cantando através da sua voz. Que vozes você consegue escutar em seu próprio canto?**

A minha (risos)! A minha voz que é minha melhor característica e, claro, reflete diversas vozes que me construíram, minha egrégora. A gente é feito de tudo isso, do cinema, da música, das artes, dos cantores, mas também de outras coisas. Eu sou um intérprete, acima de tudo, mais do que qualquer coisa, e isso vem dessa tradição, porque eu vivi ouvindo essas vozes... Elis, KD Lang, Milton, Caetano, Chico, Bethânia, PJ Harvey, Nirvana, Cassia Eller, Pixies... Está tudo aqui dentro, e isso tudo forma o que eu sou e o que minha voz representa. **C**

## FIQUE DE OLHO

### GOOGLE TERÁ DE RETIRAR MATERIAL ILEGAL DO AR SEM NECESSIDADE DE AÇÃO JUDICIAL

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmou em maio antecipando-se ao que prevê o Marco Civil, a chamada "constituição" da internet brasileira, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmou em maio uma decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais segundo a qual provedores de conteúdo, como o Google, devem retirar conteúdos plagiados ou que infrinjam direitos de autor sem qualquer necessidade de determinação judicial, bastando uma notificação do criador do material plagiado ou pirateado. Se o provedor não fizer a exclusão, corre o risco de ser penalizado como coautor da infração. A decisão se seguiu a uma ação movida pela Sette Informações Educacionais Ltda, que identificou materiais didáticos seus usados sem autorização por blogs hospedados nos servidores do Google. A empresa pediu ao conglomerado americano a exclusão do conteúdo, mas só foi atendida depois de uma determinação da Justiça. Na mesma decisão, o STJ especificou que não cabe ao Google ou a qualquer outro provedor empreender varreduras na rede a fim de descobrir materiais ilegais. É responsabilidade de quem se sentir prejudicado com a veiculação encaminhar uma denúncia. Previsto para ser votado no fim do mês passado, o Marco Civil da internet estabelece que, com exceção de infrações aos direitos de autor, a remoção de conteúdos considerados ilegais só pode ocorrer com determinação da Justiça. A justificativa é preservar a liberdade de expressão e evitar a censura prévia.

### DEPOIS DA MULTA DO CADE, MAIS PREJUÍZO

Mesmo antes de a Justiça se pronunciar sobre a condenação por suposta prática de formação de cartel imposta pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) ao Ecad e a seis associações musicais, em março, a arrecadação de direitos autorais já amargou forte prejuízo. Estimulados pela multa de R\$ 38 milhões estipulada pelo Cade, 123 emissoras de rádio e mais de três mil usuários gerais (bares, restaurantes, lojas etc.) em todo o país simplesmente deixaram de recolher os valores referentes ao uso de obras musicais entre os meses de março e abril. A alegação não poderia ser mais explícita: eles não pagarão precisamente por causa da condenação do Ecad e das sociedades. No período de apenas um mês, o prejuízo aos autores foi da ordem de R\$ 800 mil, o que deve impactar a distribuição trimestral de outubro, que engloba valores captados de abril a junho. Os mais de cem mil titulares que são beneficiados anualmente pela distribuição de direitos autorais no Brasil sentirão no bolso os reflexos da decisão arbitrária dos usuários.

### ECAD: DUAS DECISÕES FAVORÁVEIS

Em decisão unânime, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou ser devida a cobrança de direitos autorais de músicas tocadas em festas de casamento. Mesmo sem a finalidade de lucro e com público restrito a familiares e amigos, os ministros entenderam que o fato de a festa acontecer em lugar público gera a obrigação do recolhimento da taxa de retribuição autoral. O que levou à decisão foi uma ação declaratória de inexigibilidade de cobrança movida por um casal de São Paulo, que contratou um DJ para tocar no seu casamento, num clube, e se recusou a pagar a taxa de R\$ 490 estabelecida pelo escritório central. O juiz de primeira instância e o Tribunal de Justiça de São Paulo julgaram a cobrança improcedente. O Ecad recorreu ao STJ, que lhe deu ganho de causa. Em outra decisão favorável ao órgão, a Terceira Turma do STJ decidiu, de forma unânime, que se podem pagar valores menores para compositores de músicas de fundo, como foi determinado pela assembleia geral do Ecad, da qual participaram as associações de autores. Segundo entendimento da ministra Nancy Andrighi, do STJ, "não cabe ao Poder Judiciário discutir as decisões da assembleia geral do Ecad, que administra interesses eminentemente privados". Até 2001, compositores de temas de fundo recebiam do Ecad o mesmo valor pago aos autores de músicas principais, como as de personagens de telenovelas. Sentindo-se prejudicados com a mudança do procedimento aprovada pelas sociedades de autores, o maestro Tim Rescala e outros compositores de trilhas entraram na Justiça contra o Ecad, pedindo a anulação das decisões, o que foi negado.

**NO CENTENÁRIO DO POETINHA, EXPOSIÇÕES, PROGRAMAS DE RÁDIO, COMPILAÇÕES VIRTUAIS, LANÇAMENTOS DE LIVROS E RELANÇAMENTOS DE DISCOS TENTAM CELEBRAR AS MIL FACES DE UM DOS ARTISTAS MAIS PROLÍFICOS DA NOSSA HISTÓRIA**

# VINICIUS, 100 ANOS

## Por Leonardo Lichote, do Rio

Celebrar o centenário de Vinicius de Moraes traz um enorme desafio: que caminhos escolher para lembrar o homem que, como bem escreveu Sérgio Porto, tinha nome e sobrenome no plural? Que Vinicius - entre o poeta, o letrista, o cronista, o dramaturgo, o diplomata e tantos outros - é mais merecedor de louros? Como ele deve ser louvado? A resposta, tal qual o artista, segue por vários caminhos.

“As comemorações se apoiam justamente na multiplicidade”, explica Maria de Moraes, filha caçula do poeta e uma das sócias da VM Cultural, que administra seus direitos e comanda a celebração oficial do centenário. “Vinicius foi muito fecundo em música, poesia, textos, personalidade. Ele é múltiplo, e para falar dele é preciso dizer muito.”

Moderno desde sempre, o artista terá na internet um dos tributos mais relevantes. No próximo dia 19 de outubro, data em que ele completaria 100 anos, entra no ar o site [www.viniciusdemoraes.com.br](http://www.viniciusdemoraes.com.br), com a ambiciosa proposta de dar conta da amplitude do poeta, num panorama completo sobre sua vida e obra. Organizado pelo pesquisador Fred Coelho, o site reunirá toda a produção intelectual de Vinicius, além de fotos inéditas do acervo da família e depoimentos de pessoas que conviveram com ele. Seus álbuns estarão disponíveis, com encartes completos, assim como seus livros. A ideia é que não só acadêmicos, mas fãs de todas as idades, sobretudo os jovens, possam ter intimidade com ele.

“O site é um trabalho da VM, investimento nosso e o presente da família para o centenário”, diz Maria. “Entra no ar no dia do aniversário de Vinicius, todo renovado, com toda a obra, discografia, um programa de rádio, fotos, novos textos, uma linha do tempo... E está ficando lindo!”

Irmã de Maria, Georgiana de Moraes ressalta o alcance geracional do site. “É importante comemorar a vitalidade dessa obra tão rica, e ainda com a possibilidade de conquistar novas gerações”, diz. “Essa aproximação com os jovens sempre foi um desejo de meu pai.”

No mesmo movimento de fazer a obra de Vinicius circular, a gravadora Universal lança a caixa de 20 discos “A Bênção, Vinicius – A Arca do Poeta”. O pacote inclui a trilha da peça “Orfeu da Conceição” (que inaugura a parceria com Tom Jobim), seu trabalho como poeta (“Vinicius: Poesia e Canção”) e clássicos como “Vinicius & Odete Lara”, “Os Afro Sambas” e “Arca de Noé” (marco na produção de música para crianças no país).

Em meio a tantas preciosidades, a curiosidade do fã deve ser atraída pelos dois volumes da coletânea “Pela Luz Dos Olhos Teus”. No primeiro volume, grandes intérpretes como Emilio Santiago, Caetano Veloso e Zeca Pagodinho. O outro disco traz as primeiras e raras gravações de Vinicius cantando e de músicas como “Água de Beber”, além de outra leva de grandes nomes relendo sua obra, como Elis Regina (“Canto de Ossanha”), Elizeth Cardoso (“Apelo”), Milton Nascimento (“A Felicidade”) e Wilson Simonal (“Tem Dó”).

“O maior desafio foi o cuidado necessário com os áudios e suas masterizações, já que temos produtos muito antigos”, explica Alice Soares, gerente de projetos especiais da Universal Music Brasil. “Vinicius é raro em sua essência. A facilidade em transcender as gerações com sua poesia é o que nos fez pretender atualizar esses álbuns para as novas gerações.”

A Sony também prepara suas homenagens. Até o fim do ano, será lançada uma regravação do “Arca de Noé”, com novas versões para canções como “O Pato”. Participam do projeto artistas como Caetano Veloso, Adriana Calcanhotto e Chico Buarque. O outro

tributo da gravadora, com releituras de Vinicius, tem artistas como Nana Caymmi, Toquinho e Seu Jorge, que escolheram músicas dele que gostariam de interpretar.

A celebração passa também pelos livros, terreno onde Vinicius se criou e onde desenvolveu sua intimidade com a língua. Em setembro, a Companhia das Letras lança a caixa Vinicius de Moraes, com quatro volumes que oferecem recortes diferentes sobre o poeta. Pela mesma editora, saem a coletânea de crônicas “Uma Mulher Chamada Guitarra”, a edição de bolso do texto da peça “Orfeu da Conceição” e o gastronômico-literário “Pois Sou Um Bom Cozinheiro” - ricamente ilustrado, ele reúne algumas das receitas preferidas do poeta. A Companhia das Letras lançou também “Jazz & Co”, com textos pouco conhecidos do artista, garimpados por Eucanaã Ferraz, sobre a música americana, que acompanhou de perto quando morou nos Estados Unidos, no fim da década de 1940.

A editora Nova Fronteira publica “Obras Completas”, com todos os textos e poemas dele – inclusive os que se transformaram em canções. Já “100 Vinicius 100” (BB Editora), de Alex Solnik, reúne depoimentos íntimos e repletos de afetividade sobre o poeta, de amigos como Nana Caymmi, Ferreira Gullar, Lan e Toquinho, além de uma carta que ele escreveu para Portinari.

Música, poesia, crônica, teatro, cinema, comportamento – os diversos campos de atuação de Vinicius se cruzam na exposição que a VM planeja.

“O objetivo é exatamente focar nessa amplitude de Vinicius, tendo a palavra como eixo, já que foi a partir dela que ele atuou em diversas linguagens”, explica Miguel Jost, curador da exposição. “Queremos mostrar como, ao longo do século XX, ele esteve presente em diversos terrenos da cultura brasileira. Começa na poesia, depois tem atuação muito importante no jornalismo, nos debates sobre cultura brasileira dentro dos jornais, parte para a música popular, o que é uma revolução... Um poeta supererudito e conceituado numa arte popular, considerada menor. Se envolve com projetos de teatro, de cinema, sempre trazendo pessoas diferentes para dialogar. Vinicius ajudou a apagar fronteiras entre alta cultura e baixa cultura, entre linguagens artísticas. Ou seja, estabeleceu um comportamento que talvez hoje seja uma das características mais importantes da cultura brasileira.”

Outro mergulho na vida e na obra de Vinicius, esse já ao alcance de todos os fãs e pesquisadores, pode ser dado no Rádio Batuta. A emissora online do Instituto Moreira Salles ([www.radiobatuta.com.br](http://www.radiobatuta.com.br)) transmite o audiodocumentário “Vinicius: Poesia, Música e Paixão”, levado ao ar pela primeira vez em 1993. Produzido pela Rádio Cultura, volta a se tornar acessível ao público. A série de 32 programas está sendo veiculada este ano, dentro das comemorações do centenário. O jornalista João Máximo, além de ser o apresentador, assina o roteiro e as entrevistas. Há depoimentos de artistas como Tom Jobim, Chico Buarque, Baden Powell, Carlos Lyra, Edu Lobo, Francis Hime, Toquinho, de irmãos do poeta e de três das nove mulheres com quem ele se casou..

Não é só o Brasil que celebra o poeta. Na Argentina, a editora Adriana Hidalgo lança a “Antología Sustancial de Poemas y Canciones” dele. E estão previstas duas exposições no país, para setembro e novembro. A primeira, “Amigos do Meu Pai”, é organizada por Pedro de Moraes, filho de Vinicius – são imagens dele com figuras como Tom, Powell, Pixinguinha, Maria Bethânia e Pablo Neruda. A outra mostra traz fotografias feitas pela argentina Marta Rodríguez Santamaría, com quem o poeta foi casado. Outros olhares sobre Vinicius, outros sotaques para contá-lo – todos necessários para traduzir a grandeza de uma obra que sobreviverá por muitos séculos. 

# UNIDOS, VENCEREMOS

**AGREGADORES (OU DISTRIBUIDORES) DIGITAIS GANHAM FORÇA AO AJUDAR OS INDEPENDENTES A DRIBLAR A DIFICULDADE DE ACESSO ÀS GRANDES LOJAS VIRTUAIS**

**Por Bruno Calixto, do Rio**

Em abril passado, o Seminário ABMI Digital & Sync debateu no Rio diversas formas pelas quais um artista pode monetizar seu acervo com as oportunidades que o mundo digital oferece. Um dos pontos altos foi a apresentação dos serviços de diversos agregadores (ou distribuidores) digitais. Este é um tema que vem ganhando força no Brasil, principalmente fora do *mainstream*, e hoje não faltam exemplos de empreitadas que vêm dando certo neste sentido. Mas afinal, o que são e o que fazem esses serviços?

Agregadores ou distribuidores prestam serviços que viabilizam a um produtor independente a venda de suas gravações em grandes lojas virtuais (como iTunes, Rdio, Spotify, AmazonMP3 etc.), que, antes do surgimento desses serviços, dificultavam o acesso aos pequenos. Mediante a cobrança de uma taxa, tais distribuidores organizam as vendas em relatórios, controlam os pagamentos e fazem, de um modo geral, a intermediação em vários níveis entre as lojas e o produtor independente.

OneRPM, Tratore, iMúsica, Ponte D, The Orchard, Hiperbit... São muitos os distribuidores, assim como também são muitas as dúvidas que eles suscitam.

A primeira, e mais óbvia, é: quanto você, produtor, ganha com isso? Varia. Cada distribuidor tem suas taxas. Aí vale a pesquisa. Outro ponto importante é o poder de distribuição que o agregador tem. "É fundamental, para atingir um público fragmentado como o da internet, estar também em lojas menores e até mesmo em sites ou aplicativos que não vendem músicas, mas são essenciais para a divulgação, como Shazam, Gracenote e, é claro, o YouTube", explica Maurício Bussab, diretor da Tratore, serviço, que, assim como OneRPM, iMúsica e outros, não foca apenas os pontos de venda on-line mais famosos (iTunes, UOL, Spotify, Amazon).

Sempre trilhando o caminho independente, o cantor, compositor e multi-instrumentista André Abujamra só enxergou uma saída: utilizar o Reverbnation, em cujo portal, inclusive, chegou ao primeiro lugar na categoria World Music Chart. "Estou curtindo muito. No Reverbnation há um banco digital que vai 'depositando' em dólares para mim. Por meio do distribuidor, multiplico meu trabalho", diz.

Num momento de transição no mercado - em que, por um lado, os micropagamentos das vendas on-line não são garantia de sobrevivência de um artista, mas, por outro, é impossível estar fora da rede -, os distribuidores são uma ponte fundamental entre os artistas e as lojas.



Lucas Santtana  
Foto: Daryan Dornelles



André Abujamra  
Foto: Eduardo Barcellos

## REGULAMENTAÇÃO NA DISTRIBUIÇÃO

Falar em distribuidor digital é falar em músicos independentes, porque, normalmente, as grandes gravadoras já fornecem os fonogramas diretamente para estas lojas digitais. Um dos maiores nomes do mercado independente brasileiro, o cantor e compositor baiano Lucas Santtana é associado à UBC e utiliza praticamente todos os distribuidores, tanto aqui quanto no exterior.

"Fora do Brasil, a competição é imensa. Por aqui, entretanto, a compra de música via sistema digital precisa virar um hábito da população, ainda não é", opina. "Na prática, o que se vê são os mesmos grandes artistas que têm uma exposição maior na mídia", lamenta.

Há algumas semanas, o *frontman* da superbanda inglesa Radiohead, Thom York, declarou que retirou suas músicas do Spotify porque a quantia que ele teria recebido por elas era pouca, tendo em vista que cada faixa disponível teve mais de um milhão de acessos. O exemplo consolida o que Santtana diz. "Neste caso, o digital não terá cumprido o seu papel. Acho que essa é a grande reflexão no momento", propõe.

Pensando nisso, parte da classe musical brasileira clama por uma regulamentação para proteger os artistas em tempos de mercado digital. O músico e presidente da Cooperativa da Música de Minas Gerais (Comum), Fred Fonseca, crê que os distribuidores digitais são um caminho interessante para resguardar o trabalho dos artistas. "Os distribuidores tornam a música dos independentes acessível e lhes permitem produzir e comercializar sua música (sem a necessidade de uma gravadora)", raciocina. Com a possibilidade de um controle on-line das vendas, Fonseca sugere, é possível até que um artista possa saber onde suas músicas estão sendo mais compradas e marcar um show para aquela região.

Lucas Santtana concorda. Com a experiência de contar com um distribuidor digital, ele pôde tornar seu universo de fãs mais pulverizado. Apesar disso, diz não ter sentido um grande crescimento na quantidade de vendas on-line. "Disponibilizar minhas músicas diretamente no site [www.lucassanttana.com.br](http://www.lucassanttana.com.br) ampliou meu público em vários estados e também na Europa. E isso gerou mais shows e com mais plateia", conta o compositor, informando ainda que tem vendido mais discos nas apresentações.

## UBC E ONERPM, UMA DUPLA DE MUITOS

Ferramenta das novas e democráticas possibilidades de circulação de música, especialmente para artistas e selos independentes, o distribuidor OneRPM (One Revolution People's Music) fechou parceria com a UBC. Os associados podem disponibilizar o seu trabalho nas maiores lojas e serviços digitais do mundo com **15%** de desconto.

A OneRPM atende a lojas virtuais com importante *market share*, como iTunes, eMusic, Limewire e Amie Street. Além de levar sua música para as lojas e serviços de *streaming*, o OneRPM distribui e ainda fornece um aplicativo que permite um controle melhor das transações virtuais.

## E COMO FICAM OS DIREITOS AUTORAIS?

Tradicionalmente, os direitos autorais se dividem em direitos de reprodução/distribuição (fonomecânicos) e direitos de execução pública, de acordo com o uso que se faz da música. Em um ambiente digital, alguns tipos de direito se confundem. Por isso, hoje se fala em direitos digitais.

O armazenamento que é feito nesses novos meios pode ter a finalidade tanto de ofertar as obras e fonogramas ao público apenas para serem ouvidos (*streaming*, *webcasting*, *simulcasting*) quanto para fazer uma descarga do arquivo (permanente ou temporária).

Dessa maneira, o direito de reprodução pode ser uma condição necessária tanto para a execução pública quanto para a distribuição de exemplares. Nesse caso, os direitos de execução e distribuição se confundem, o que pode causar dificuldades na cobrança, já que tradicionalmente diferentes entidades seriam responsáveis por cada tipo de direito.

Para resolver o problema, a UBC, desde 2010, passou a representar também direitos de reprodução, além dos de execução pública, sua principal e tradicional atividade. O titular que tiver interesse em se filiar para esses direitos deve entrar em contato com o departamento de licenciamento pelo telefone (21) 2223-3233.

Além das diferenças de tipo de direito, também existem aquelas referente ao titular dele.

Os intérpretes, produtores e músicos são titulares de direito conexo. Já os autores e editoras, de direito de autor.

Quando sua faixa é vendida em uma loja digital como o iTunes, por exemplo, os direitos conexos são pagos para o produtor fonográfico, que, por sua vez, fará a distribuição aos intérpretes. Caso a distribuição tenha sido feita através de um agregador digital, o pagamento ao produtor se dá também por meio desse mesmo agregador.

Já os direitos do autor da obra musical são pagos para a respectiva editora ou para quem representa os direitos fonomecânicos. A UBC, que representa alguns autores e editoras para estes direitos, por exemplo, já possui contrato com algumas lojas atuantes no Brasil, como o iTunes, a Deezer, Rdio e Spotify (que começa a operar no Brasil em breve). A UBC já possui a tecnologia que permite intercambiar metadados no formato DDEX, que é o formato usado pelos principais DSPs (Digital Service Providers) para informar sobre o uso ou venda de arquivos digitais. **C**



Fred Fonseca  
Foto: Arquivo pessoal

# NOVA LEI DE DIREITO AUTORAL: UMA SARRAGÊÃO?

**PROJETO APROVADO PELO SENADO EM JULHO PROMETE MAIS “TRANSPARÊNCIA” NA DISTRIBUIÇÃO E MAIS DINHEIRO PARA OS ARTISTAS. MAS, ALÉM DE PROVOCAR INGERÊNCIA DO ESTADO NUMA ATIVIDADE PRIVADA, ENFRAQUECE O CONCEITO DE GESTÃO COLETIVA E PODE ATÉ ACARREJAR QUEDA NA ARRECADAÇÃO**

Por Leonardo Faria, do Rio

No último dia 10 de julho, um grupo de artistas capitaneado por Caetano Veloso e Roberto Carlos comemorou, nas galerias do Senado Federal, a aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) 129, que muda radicalmente as regras de arrecadação e distribuição dos direitos autorais e o atual modelo de gestão coletiva. A alegria dos músicos, intérpretes e compositores presentes em Brasília se deveu à crença nos argumentos dos responsáveis pelo projeto: “mais transparência” na gestão e “mais dinheiro” para os criadores, por meio da diminuição da taxa de administração cobrada pelo Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais (Ecad), de 25% para 15%, em quatro anos. Uma miragem que, como qualquer outra, se desfaz à medida em que se observa mais de perto.

O PLS 129 altera diversos pontos da Lei 9.610, de 1998, a legislação que regulamenta os direitos autorais no Brasil. Conceitualmente, passa a tratar a atividade artística como um negócio qualquer, sujeito a regras de livre concorrência entre os vários titulares de direitos autorais e associações que os representam, que deverão abrir mão de negociar coletivamente os valores de remuneração pagos por usuários como emissoras de TV e rádio pelo uso de músicas. Além disso, promove interferências do poder público, que passa a ter livre e amplo acesso, por exemplo, aos bancos de dados

de obras musicais, fonogramas e respectivos titulares dos direitos criados pelas sociedades de autores. E prevê a criação, no Ministério da Cultura (MinC), de instâncias mediadoras de conflitos referentes à gestão coletiva. A interferência se torna bem clara ao inserir regras que restringem a liberdade de associação determinando o tempo de mandato dos diretores das associações, obrigatoriamente de três anos e com apenas uma reeleição possível, e ainda proibindo a participação de editores e herdeiros na direção das entidades.

A ingerência governamental prevista na lei é um dos principais pontos criticados por especialistas em gestão coletiva, artistas e representantes de classe. Sydney Sanches, sócio do escritório Sanches Advogados Associados e consultor jurídico da UBC, explica que, em muitos casos, as novas regras para participação do quadro diretivo das associações vão de encontro aos atuais estatutos delas. Na UBC, por exemplo, apenas os autores e editores podem ser votados para a diretoria - editores passariam a ser proibidos, com a nova lei. Sanches afirma que imposições como essa ferem o direito constitucional de liberdade de associação, já que qualquer cidadão brasileiro pode se organizar livremente – e nos termos que desejar.

“Quando a lei diz de que maneira você tem que se organizar, há uma intervenção despropositada”, explica o advogado. “Essa lei deve ser questionada no judiciário.”

O músico e compositor Danilo Caymmi é cético quanto aos benefícios da nova legislação. Ele cita o seu próprio caso para exemplificar os problemas. Danilo, que já teve uma posição na diretoria da Associação Brasileira de Músicos (Abramus), também crê que intromissões do Estado são negativas.

O músico Marcos Valle é outro que tem restrições à supervisão do Estado sobre a arrecadação e a distribuição dos direitos autorais, o que foi comemorado pelos apoiadores do PLS 129 por supostamente trazer mais transparência ao funcionamento do sistema. Valle afirma que, se há problemas, eles devem ser resolvidos pelos próprios autores. “Qualquer intervenção do governo é perigosa porque não sabemos o que vai acontecer mais para frente. Se houver mudanças, elas precisam partir dos próprios compositores. A gestão coletiva foi uma conquista dos artistas, e as conquistas não devem ser perdidas. O que está acontecendo agora é um retrocesso.”

A nova lei torna a gestão coletiva dos direitos autorais uma atividade de “interesse público”, determinando que as entidades arrecadoras sejam obrigadas a disponibilizar o repertório representado (dados sobre as canções e os seus compositores) ao Ministério da Cultura, aos usuários de música e ao público em geral. No Brasil, não há uma legislação que contemple a questão do compartilhamento de informações de bancos de dados. Mas, em muitos países do exterior, sim. Por isso, a obrigatoriedade da cessão de informações deve ser alvo de contestações por parte de sociedades arrecadoras baseadas em outros países. Imbróglia internacional à vista.

Paralelamente, a legislação se choca com uma prática corrente no mercado mundial. Por meio de uma licença em branco, conhecida como *blanket license* - ou licença cobertor, em tradução livre -, usuários de obras musicais como emissoras de TV obtêm uma permissão prévia para sua utilização, devendo apenas, posteriormente, fornecer ao escritório central listagens das obras e fonogramas efetivamente usados em sua programação para o processamento da distribuição. A nova lei prevê que a cobrança dos direitos de execução pública seja sempre proporcional ao grau de utilização das obras e fonogramas pelos usuários, transferindo para a arrecadação

**“EU ATÉ ACEITO QUE SE VIRE O ECAD DE CABEÇA PARA BAIXO, MAS NÃO ATRAVÉS DE UMA INTERFERÊNCIA ESTATAL. TAMBÉM NÃO VEJO COMO POSITIVA A CRIAÇÃO DE MAIS UM ÓRGÃO FEDERAL PARA FISCALIZAR A GESTÃO COLETIVA. VAI INCHAR A MÁQUINA ADMINISTRATIVA DE UM PAÍS QUE JÁ ESTÁ MAL DAS PERNAS. ESPERO QUE AS PESSOAS QUE APOIARAM ESSE PROJETO ESTEJAM CERTAS, E EU ESTEJA ERRADO”** Danilo Caymmi.

um mecanismo que se resolvia no momento da distribuição, dificultando, dessa forma, todo o processo, já que a cobrança dependerá do conhecimento prévio do repertório utilizado.

Ao mesmo tempo, o projeto recém-aprovado determina que, num prazo de até quatro anos, a taxa de administração cobrada pelo Ecad para o recolhimento dos valores referentes a direitos autorais e seu repasse às sociedades caia de 25% para 15%. Esta aparentemente parece ser uma medida positiva, mas há que atentar para o possível impacto desta medida, que poderá levar a uma queda na arrecadação.

Atualmente a taxa de administração do Ecad e das associações é igual a 24,5% – no caso da UBC, 24% –, contra percentuais mais baixos em países como os Estados Unidos. Essa diferença existe porque lá cerca de 80% da arrecadação são provenientes da radiodifusão e outros grandes usuários, enquanto aqui há um alto índice de inadimplência das emissoras de TV e radiodifusoras. O escritório central adota a estratégia de diversificar bastante o foco da cobrança para compensar esta inadimplência. Os valores buscados no “varejo” representam hoje 30% do total arrecadado. Essa estratégia exige uma extensa equipe para auferir o uso de músicas por usuários gerais - ou seja, lojas, bares, restaurantes, academias de ginástica etc. Nos Estados Unidos, em razão do

pagamento de valores significativas pelos grandes usuários, a estrutura de arrecadação pode ser muito mais enxuta. Além disso, o total movimentado apenas pelas duas maiores sociedades de autores do país norte-americano, cerca de US\$ 2 bilhões (valores que não incluem os direitos conexos), em 2011, é suficiente para permitir taxas menores.

Especialistas criticam a redução aleatória do valor, sem qualquer prévio estudo de impacto. A redução da taxa no Brasil, que muitos interpretaram como “mais dinheiro” para os artistas, pode ter um efeito oposto. Com uma estrutura obrigatoriamente menor para cobranças judiciais aos inadimplentes, para fiscalizar os usuários das músicas, cobrar os direitos e repassar os valores aos criadores, é previsível que a própria arrecadação caia, o que deve prejudicar os titulares. É importante lembrar que a UBC sempre foi a favor de um percentual de administração mais baixo e busca dia após dia uma redução de custos. Desde 2009, por exemplo, a UBC repassa parte do seu percentual de administração para os seus associados. Esta redução depende de muitos fatores e um dos principais é o aumento na arrecadação.

Marisa Gandelman, diretora executiva da UBC, critica a falta de compreensão dos parlamentares sobre o trabalho realizado pelas entidades, ao forçar a diminuição da taxa de administração. “O prazo esticado (quatro anos) não resolve o problema da falta de avaliação prévia do impacto que a diminuição forçada poderá causar na atividade”, alerta. “Os políticos não entendem do negócio. Essa taxa de administração existe para viabilizar não somente o trabalho de cobrança e distribuição, mas também o investimento em melhorias técnicas que visam a aumentar sempre a qualidade da gestão”, ela conclui.

A submissão das associações ao “direito da concorrência” e à definição de que a obra musical deve ser tratada como qualquer outra mercadoria ratifica um entendimento prejudicial aos autores que não é novo e que teve um polêmico divisor de águas, em março deste ano, quando o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) condenou o Ecad e as sociedades de direito autoral por formação de cartel e abuso de poder econômico, a partir de uma reclamação feita pela Associação Brasileira de TV por Assinatura (ABTA) junto à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça.

Na prática, a lei determina que cada entidade arrecadadora negocie individualmente com os usuários, como emissoras de rádio e televisão. Segundo Sanches, o próprio Cade já havia decidido em contrário duas vezes antes. Para ele, considerar uma canção um produto e determinar que as sociedades se submetam às leis concorrenciais contraria princípio consagrado na Constituição Federal. Nossa máxima legislação deixa claro que o autor tem o poder de decidir se e como sua criação irá circular, podendo, inclusive, decidir que não seja gravada nem reproduzida em lugar algum e por nenhuma pessoa. Ao se discutir o preço adequado de uma obra musical, argumenta o jurista, a nova legislação passa por cima dessa prerrogativa dos autores.

A compositora mineira Malu Aires aponta para um problema ainda mais sério na medida. Ao criar uma concorrência entre as organizações, incentivando que elas estabeleçam preços variáveis para o repertório representado e criando uma diferença entre a remuneração dos próprios autores, haverá uma verdadeira autofagia. Malu cita a possibilidade de um grande conglomerado televisivo exigir que todos os músicos, intérpretes e compositores que queiram ter suas obras veiculadas na programação sejam obrigados a entrar numa sociedade apoiada por ele.

“Isso pode se tornar uma fábrica de ‘jabá’, só vão tocar as músicas das sociedades que cobram menos pelo catálogo. Estou vendo a possibilidade de surgir uma associação da Creative Commons (conjunto de licenças que permite ao artista licenciar parte de seus direitos autorais), uma sociedade Globo, e o artista ser obrigado a se associar a elas”, pondera a compositora. “Estou desiludida com o nosso MinC, com a falta de leitura do projeto por parte de todos os envolvidos. O ministério está trabalhando com a mídia, não com os criadores. Fico muito triste de não ver o MinC trabalhando para resolver o problema da inadimplência, e sim ao lado do Cade contra os autores.”

Mas o que está por trás do processo de enfraquecimento da gestão coletiva dos direitos autorais? Na opinião de músicos e juristas, são os grandes usuários, como redes de rádio e TV, além de empresas de telecomunicações e internet. Muitos deles, inclusive, são inadimplentes. Marisa Gandelman acompanha os debates sobre a reforma do direito autoral que se estabeleceu desde o início do primeiro governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ela identifica uma mudança de estratégia dos partidários da flexibilização do direito autoral após a chegada de Ana de Hollanda ao MinC, no governo da presidente Dilma Rousseff, quando a então nova ministra decidiu rever não só o processo de mudança do texto da lei 9610/98 como, também, a ocupação do ministério por funcionários de carreira que se declaravam partidários de mudanças não necessariamente a favor dos criadores.

Nesse momento, Marcos Souza, principal articulador da reforma, saiu do MinC e foi para o Ministério da Justiça. Devido às dificuldades em se mudar a lei do direito autoral na íntegra, o foco passou a ser a gestão coletiva. É nesse contexto, explica a diretora executiva da UBC, que surgiu a decisão do Cade, órgão subordinado ao Ministério da Justiça, que ataca frontalmente

**Leia na íntegra o texto da Lei sancionada no último dia 15 de agosto:**

[http://www.ubc.org.br/imgNews/PLS\\_129\\_textofinal.pdf](http://www.ubc.org.br/imgNews/PLS_129_textofinal.pdf)

o Ecad e as sociedades de autores. Paralelamente, desde 2011 um grupo de parlamentares se articulou no Congresso com o mesmo propósito, na chamada CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do Ecad, no Senado.

A comissão terminou seus trabalhos em abril de 2012, e, entre os encaminhamentos finais, estava o PLS 129. O projeto, aliás, foi escrito por Ronaldo Lemos, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e único brasileiro membro da cúpula do Creative Commons.

“O (senador) Lindbergh Farias, que era o relator da CPI do Ecad, me falou que tudo era um grande teatro para que, no final, eles propusessem um projeto de lei para mudar a gestão coletiva, o que realmente aconteceu”, sustenta Marisa.

Contudo, o caminho não foi linear. Em junho deste ano, a relatoria do projeto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado saiu das mãos de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e passou para o líder do governo, Humberto Costa (PT-

## PONTOS QUE DEVEM SER LEVADOS EM CONSIDERAÇÃO NA REFLEXÃO SOBRE O TEXTO DA LEI QUE ALTERA E INCLUI NOVAS REGRAS NA LEI 9.610/98:

- O projeto aprovado e sancionado tramitou com extrema rapidez impedindo que as associações participassem das discussões e contribuíssem com seu conhecimento e experiência adquirida ao longo de décadas;
- Determina um limite máximo na taxa de administração dos direitos autorais, sem qualquer conhecimento dos custos da estrutura de arrecadação e distribuição existente;
- Impõe a negociação individual de cada associação com os usuários, provocando dessa forma aumento nos custos operacionais;
- Retira do Ecad a faculdade de negociar e licenciar o repertório musical, restringindo sua atuação à cobrança unificada e distribuição dos valores arrecadados;

PE). Sem nenhuma discussão com autores ou sociedades, no dia 26 de junho de 2013 foi apresentado um substitutivo ao texto original do PLS 129 publicado originalmente no relatório final da CPI do ECAD em abril de 2012, incorporando as determinações do Cade no processo em que o Ecad e as organizações foram condenadas por formação de cartel e abuso de poder econômico. Na prática, deu-se força legal a uma decisão que ainda está sendo questionada na Justiça.

Considerando o tempo em que vem se discutindo a reforma da Lei dos Direitos Autorais, é surpreendente a rapidez da aprovação do projeto de Lei do Senado (que teve “sorte” diferente da de muitos outros, há décadas parados entre comissões à espera de pauta). Após o texto ser apresentado, em 26 de junho, e aprovado no Senado em 3 de julho, tramitou velozmente na Câmara dos Deputados, onde também foi aprovado apenas seis dias depois. Em mais 24 horas, já era referendado novamente no Senado. Rapidez que suscita um olhar mais detalhado e deixa diversas interrogações. 

• Remete para regulamentação do Poder Executivo critérios para fixação do preço do direito autoral, determinando que o valor deverá ser proporcional ao uso das músicas, interferindo no direito exclusivo do autor;

• Determina que toda e qualquer associação habilitada terá direito a somente um voto nas deliberações da assembleia do Ecad, sem levar em consideração a responsabilidade, a participação e a contribuição de cada entidade para funcionamento do escritório central, interferindo na forma de organizar das associações, dando poder de controle injustificadamente igualitário para entidades que administram repertórios e receitas diferentes;

• Discrimina, de forma restritiva, as categorias dos associados, restringindo direitos dos editores e cessionários de direitos patrimoniais;

• Confere à gestão coletiva o caráter de interesse público, transformando em bem público as informações privadas referentes às obras e aos autores e titulares de direitos autorais;

• Cria instâncias de mediação no Poder Executivo, inibindo o autor de determinar as condições para uso de sua obra musical;

• Institui a criação, por decreto, de uma Comissão Permanente para Aperfeiçoamento da Gestão Coletiva, sem explicar a finalidade, a qualidade dos membros ou mesmo estabelecer atribuições.

# NEGOSIATIVO

# SOBRE ROCK, JAZZ, SAMBA CLÁSSICOS RUSSOS...

**UM PAPO COM O MULTIRREFERENCIADO GUITARRISTA VICTOR BIGLIONE, NASCIDO NA ARGENTINA, RADICADO NO RIO E GRANDE NOME DA MÚSICA BRASILEIRA**

Foto: André Santos

## Por Leonardo Lichote, do Rio

Na capa de sua biografia, escrita por Euclides Amaral, Victor Biglione é definido como “o músico estrangeiro com a maior contribuição em gravações e shows na MPB”. Mas quem ouviu atentamente sua produção – como guitarrista que participou da cena que revalorizou a música instrumental no Brasil nos anos 1980, como músico que acompanhou os maiores nomes da MPB, como autor de trilhas de cinema premiadas com as de “Como Nascem os Anjos” e “Operação Condor” – sabe que o valor da música de Biglione não é meramente quantitativo. Ela carrega a sedução de Copacabana, o “Fa-tal” de Gal Costa que viu na adolescência, a sessão de “O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro” a que assistiu no cinema Odeon, no Rio de Janeiro, aos 11 anos, graças ao jeitinho dado pela “mãe hippie”... Cenas que Biglione atravessa nesta entrevista. O músico argentino, associado à UBC desde a década de 1980, fala também de sua formação, do estigma sofrido pela sua geração de instrumentistas e de projetos atuais, como a volta do Som Imaginário.

## Como começou sua história com a música?

Música para mim era meu primo, Claudio Slon, baterista. Chegamos ao Brasil foragidos, eu tinha cinco anos, meu primo estava indo morar nos Estados Unidos para tocar com o Walter Wanderley. Claudio Slon gravou com Tom Jobim em “Wave”, tocou anos com Sergio Mendes... Minha mãe (separada do pai, que ficou em São Paulo) veio para o Rio. Quando eu pisei aqui, aos 6 anos, senti: “Esse é o meu lugar, não saio mais”. E tinha música chegando em casa, negócio de Beatles, Led Zeppelin. Era uma confusão de Led Zeppelin, “Wave”, Walter Wanderley, Zé Ketí com “A Voz do Morro”, Banda Sá Ferreira, Salgueiro... Fora os russos, porque minha mãe é russa, nós somos russos; Prokofiev, Shostakovich. Mas eu era garoto e veio a guitarra... Uma paixão impressionante. Eu só gostava de futebol e futebol de botão. Mas aquilo bateu.

## Como a guitarra entrou na sua vida?

Minha mãe me trouxe uma guitarra Faim, em 1971, de uma viagem a Buenos Aires. Começaram a rolar uns shows, minha tia um dia falou: “Tienes que ver al guitarrista de Gal Costa”. Minha mãe: “No, Victor no va al Tereza Raquel porque se encenderá (incendiará)”. Realmente era o maior grilo que o Tereza Raquel (teatro do Rio de Janeiro, hoje chamado Net Rio), naquela época todo de madeira, pegasse fogo. Mas um dia falei que ia para uma festinha ali no Clube Guanabara e fui para a Gal. Eu vi o Lanny, depois vi o show com Pepeu. E, logo depois, veio aquele “Acabou Chorare”, mais Hendrix, Led Zeppelin, The Who...

## E o jazz?

O jazz surgiu para mim em 1974, num aniversário do Zé Rodrix. Eu, com 16 anos, me pinta o Big Boy, com um disco chamado “Bad Benson”, com George Benson todo de preto. Mudou a minha vida. Aí me apaixonei por jazz. Estudei aqui com Arthur Verocai e com Ary Piassarollo, mas os dois estavam dispersos, trabalhando muito, e eu queria aquela atenção total.

## Foram seus primeiros professores?

Antes estudei com Kay Galiffi (Gaetano Galiffi, guitarrista da banda argentina Los Gatos), que me deu altas dicas sobre aquele mundo lindo da guitarra. E minha mãe era hippie, adepta da contracultura, com heranças do comunismo... Aí o jazz foi entrando... Estudei com o Zimbo Trio em São Paulo. Tive aulas sensacionais, análise harmônica e melódica. Mas sempre pensando em trabalhos de fusão. Mesmo apaixonado pelo jazz, nunca abandonei o rock.

## Começou com o rock então?

Começou com o rock, muito ligado à figura da minha mãe, que me deu muito cinema também. Minha mãe tentou me levar pra ver “Woodstock” no cinema, mas não consegui entrar. Ela conseguiu comprar o cara do Odeon para eu ver “O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro”. “Espérame en Cinelandia porque veremos Glauber. Son los azules y rojos más hermosos que he visto en mi vida”. Tinha razão. Eu tive uma mãe...

## E como surgiu o Biglione dos anos 1980, daquela geração de instrumentistas que renovou a música instrumental brasileira?

Minha primeira gravação foi com Luiz Melodia no “Mico de Circo” (1978), levado pelo Márcio Montarroyos. Aí começaram a me chamar para tocar. O Márcio falava: “Você é meio Helio Delmiro e meio Sérgio Dias, nunca vi isso”. Eu era o reserva do Sérgio na banda do Márcio, mas ele saiu de vez, e eu o substituí. Trabalhei sem parar até achar que eu estava com maturidade para fazer meu primeiro disco. No meio dos anos 1980 veio a Rádio Globo, dando espaço para o instrumental, essa geração de Ariel, eu, Ricardo Silveira. Depois veio Leo Gandelman. O que não consigo entender até hoje é por que o instrumental dos anos 1980 é tão mal falado. Pô, era chato?

## Você sente esse estigma?

Graças a Deus, isso eu superei totalmente. Mas me nego a tocar qualquer música daquela época. Não, senhor. Só faço arranjos. Aproveito o que eu sei de música e faço releituras de grandes números da MPB, da bossa nova, o que for.

## E as trilhas sonoras? Qual o barato de compor para o cinema?

Foi a informação que tive na minha vida, muito cinema desde criança. E minha versatilidade, o fato de fazer blues, rock, bossa nova, isso no cinema ajuda muito. E também o fato de eu ter minha carreira solo desenvolvida, então não preciso pensar coisas tipo “vou mostrar para o mundo quem é o Victor Biglione através do filme”. Cinema tem vários segredos que você precisa saber, se não você se dá mal. Porque o cara te dá um orçamento, não quer saber se você acertou ou errou, se gastou o dinheiro todo gravando algo que não serve pra ele. Então você não pode errar muito. O que sempre faço é um cardápio de sonoridades. O cara ouve e, em determinado

momento, fala: “Th, que legal, tem a ver com tal personagem”. Não interessa a melodia que você vai botar depois, porque o cara já comprou a sonoridade, o clima.

## Você compõe como?

Como Edu Lobo, passei a só compor por encomenda. É uma delícia. Recebo a encomenda, deito aqui, leio, olho fotos. O músico tem que esquecer esse negócio de captador, botão. Guitarra é linda, mas, quando ouço os caras falando só de captador, botão, potenciômetro, sinto vontade de me matar. Não componho com captador. Você vê um filme, ouve uma música... Não é só a guitarra, é um mundo.

## Você também fez muitos trabalhos em duos...

Isso começou nos anos 90. Com a Cássia Eller foi o primeiro importante. Teve Marcos Ariel, Zé Renato, Wagner Tiso, Andy Summers, Jane Duboc, Marcel Powell. Gosto de trocar, desse diálogo. No fim dos anos 90 parei de acompanhar cantor. Embora amando o João Bosco, o último que acompanhei, comecei a notar que, por estar com ele, não podia me dedicar à minha carreira. Mas gravei com Chico Buarque, com a Gal, no disco “Aquarela do Brasil”, dedicado a Ary Barroso... Gal chegou comigo no estúdio: “Menesca!, esse é Vitinho, meu novo guitarrista”. Ele me viu e falou: “Ele está sabendo que é um disco de música brasileira?”. Gal respondeu: “Você não conhece Vitinho”. Aí comi aqueles Ary Barroso todos com farinha. Menesca! ficou apaixonado por mim e me pôs para gravar o “Bye Bye Brasil” no disco do Chico. Foram mais de 300 nomes. Peguei a última rebarba da grande MPB, depois peguei a revolução do rock, mas já na banda A Cor do Som, que foi muito importante.

## Pulando para o presente: como nasceu “Gentle Rain”, seu último álbum?

É meu trigésimo disco. Como eu tenho mania de gravar tudo, guardar, de vez em quando escuto algumas coisas, vejo que ficaram bem gravadas. A primeira coisa que me espantou nesse arquivo foi o “Por Causa de Você”, que abre o disco. Tem a própria “Gentle Rain”, do Luiz Bonfá, gravada aqui do lado, na casa de shows Partitura. O disco é também um alerta para a noite do Rio de Janeiro, para que a cidade não fique só uma coisa de jovens, que ainda mantenha a tradição para o pessoal que quer escutar uma bossa nova, um piano bar, um chorinho fora da Lapa. E o disco retrata dez anos com o Sergio Barroso, que é uma lenda no baixo da bossa nova.

## E daqui para frente?

Estou com um disco 60% pronto, sendo feito entre Brasil e Argentina. O nome do CD é “Mercosul”, e ele traz muita percussão, temperos argentinos e andinos. Seria o meu próximo CD. E tem a volta do Som Imaginário, a formação original. Isso talvez seja o mais importante. Eu escutava o álbum “Matança do Porco” com 16 anos e, agora, estou no conjunto, com Wagner Tiso, Nivaldo Ornelas, Robertinho Silva, Luiz Alves, Tavito. Vou fazer a parte bem de guitarra, mesmo, com efeitos, progressivo. Encerramos a Virada Cultural de São Paulo, no Teatro Municipal. Foi assombroso. O repertório são coisas da época, mas tudo repaginado. Tem “Milagre dos Peixes”, “Tarde”, uma homenagem ao Zé Rodrix, os sucessos cantados, como “Feira Moderna”. No cinema estou esperando o novo filme do Roberto Mader, “Ao Som do Mar e À Luz do Céu Profundo”, baseado no livro do Nelson Motta. 

# "ACHO QUE ESTOU MESMO É COMEÇANDO HOJE"

**COM O LANÇAMENTO DE UM COMPACTO E UMA BIOGRAFIA E A GRAVAÇÃO DE UM DVD EM BELO HORIZONTE, EDUARDO ARAÚJO, UM DOS GRANDES DA HISTÓRIA DO ROCK BRASILEIRO, COMEMORA 50 ANOS DE CARREIRA**

## De São Paulo

Um dos maiores nomes ligados à Jovem Guarda garante: nunca pertenceu a ela. Eduardo Araújo, 71 anos e uma marca indelével da história do rock brasileiro, tampouco gosta do rótulo. "O Brasil tem mania de rotular tudo. Naquele momento eu era um artista do rock 'n' roll. Ponto. No nosso país, o rock só costuma ser reconhecido como tal a partir de Paralamas, Titãs, a partir do movimento dos anos 1980. E tudo que veio antes? Os anos 1960 ficaram tão marcados com o rótulo da Jovem Guarda que ninguém dá valor aos pioneiros. Nunca fui Jovem Guarda. Só cantei uma vez no programa 'Jovem Guarda' e, ainda assim, pela amizade por Roberto e Erasmo", diz o intérprete de clássicos fundamentais das guitarras verde-amarelas como "O Bom" e "Vem Quente Que Eu Estou Fervendo". O mineiro de Joáima vai contar suas impressões sobre a evolução da música brasileira dos anos 1960 para cá, além de relembrar histórias pessoais suas e de outros ilustres, na biografia "Pelos Caminhos do Rock" (título provisório), escrita pelo jornalista Okky de Souza e com previsão de lançamento para novembro. E que, ao lado do EP de tintas country "Lado a Lado", nas lojas virtuais desde junho, e de um show em Belo Horizonte, integra um pacote de comemorações pelos seus 50 anos de carreira - 52, a rigor, uma vez que a data marca a gravação do seu primeiro disco profissional, o cult "O Garoto do Rock", pela Philips, em 1961.

De lá para cá, foram 300 composições em diferentes selos, 15 delas nas mais altas posições das paradas de sucesso. E uma evolução constante na sonoridade, com flertes com o rock progressivo nos anos 1970 e a opção definitiva pelo country - ou "rock rural", como prefere aquele que diz nunca ter deixado de ser um amante do estilo que o projetou ("Bandas como Deep

Purple e Led Zeppelin, entre outras, eu ouço muito, são demais"). Desde os anos 1990, quando investiu numa gravadora própria, a Number One, Eduardo Araújo não apresentou inéditas próprias. Mas se dedicou a projetar, pelo seu selo, nomes como Victor & Leo e Paula Fernandes. Com a saída do sócio que aportava capital ao projeto, a gravadora deu um tempo. Mas não o envolvimento do artista com a música. "A Aventura Nunca Tem Fim", uma compilação de músicas suas e de outros criadores, com a participação de nomes como Zezé Di Camargo, Daniel, Dominginhos e Banda Mantiqueira, foi o último trabalho. Até a chegada de "Lado a Lado", que ele apresenta como a pedra angular da retomada.

O roqueiro mineiro fala com orgulho do seu envolvimento com a cena country brasileira - nos anos 1990, ele apresentou dois programas de TV sobre o tema, "Brasil Rural", na Band, e o sucesso "Pé na Estrada", no SBT -, mas se empolga mesmo é ao relembrar os tempos roqueiros. "Fui o primeiro cantor do Brasil a gravar um duplo em 45 rotações, não existia antes. E também o primeiro a gravar rock no Rio, para onde me mudei bem jovem, antes de vir me estabelecer em São Paulo." Pelas mãos do produtor, amigo e parceiro Carlos Imperial, o mineiro, que se refugiou no interior depois que o contrato com a Philips venceu, voltou ao Rio e, pela Polydor, lançou seus maiores sucessos. Em Sampa, apresentou o programa "O Bom", na extinta TV Excelsior, onde conheceu aquela que viria ser sua esposa, Sylvinha Araújo, morta há cinco anos. "'O Bom' foi uma coisa incrível. A música foi uma das primeiras a tirar o Roberto (Carlos) do topo das paradas. Fiquei em primeiro. Daí veio o programa, que teve participações memoráveis de Sérgio Reis e de vários outros", ele lembra.

Foi nesse tempo, na segunda metade dos anos 1960, que Araújo teve uma relação próxima com o Rei. "Ele era muito amigo meu, a gente se frequentava e tinha muita ligação. Quando ele foi para o Rio, afastou-se de todos em São Paulo. Não tenho mágoa. Só não sei por que ele fez isso. Era uma amizade bacana." Com Wanderléa, de quem foi vizinho em São Paulo, e Erasmo também não há mais contatos. "Uma vez, montamos um show dos 30 anos de Jovem Guarda, com Martinha, Sylvinha, Ronnie Von, Os Incríveis, a Wanderléa... Ficamos em temporada de um mês, todo



dia, em São Paulo. Depois, lotamos o Metropolitan, no Rio. Mas a vida foi nos afastando..."

Apesar do hiato de quase 20 anos sem lançar um disco de inéditas, Eduardo Araújo não parou de criar e fazer shows pelo país. Ele diz ter incontáveis músicas esperando para sair do forno. Uma volta ao rockão do início não é descartada. "É muito interessante pensar em como o rock saiu de um estilo marginal, ligado às periferias, para se tornar a música da elite, de Copacabana, da Rua Augusta. Vivi coisas incríveis. Em Belo Horizonte eu conseguia tocar até dentro da programação geral das rádios, e não nos programas segmentados como os demais roqueiros. Os Cariocas eram a minha banda. Tenho o Baden Powell de violão (risos)! Imagina uma coisa dessas!"

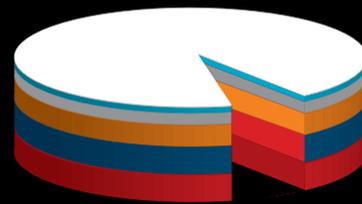
O maior sucesso de vendas, com um milhão de cópias vendidas, foi o compacto da canção "Ave Maria do Morro", composta por Vicente Paiva e Jaime Redondo. Mas as vendas das suas próprias músicas "continuam ótimas", como ele define. "Sou muito satisfeito com o que recebo de direitos autorais, não tenho do que reclamar. Para quem não grava uma nova há 20 anos, o dinheiro é muito bom. Agora que eu estou retomando, deve aumentar", prevê.

O novo single, "Lado a Lado", de Gene Austin, já está tocando nas rádios e à venda nas lojas virtuais. E o projeto do livro o mobiliza porque vai, segundo descreve, contar a sua versão do que foi o surgimento da cena roqueira no país. "A editora Record vai publicá-lo. Eu relembro coisas muito interessantes, íntimas, da minha amizade com as pessoas. Só as histórias do Wilson Simonal são de gargalhar. Ele morava comigo, então você imagina. E o Tim Maia ganha um capítulo todo. Fui eu quem o lançou em disco. Também dividimos juntos o quarto de um hotel em São Paulo. Foi uma doideira", ele ri.

Um show com gravação de DVD no Sesc Palladium, em Belo Horizonte, onde tudo teve início, também previsto para novembro, deve ser a coroação da trajetória de um grande artista. "Estou de volta para a minha carreira, para quem eu sou. Aliás, digo mais: acho que estou mesmo é começando hoje." 

# UM BOLO QUE AINDA PODE CRESCER MUITO

**RELATÓRIO DO ECAD REVELA QUE AINDA SE ARRECADADA MUITO 'NO VAREJO' NO PAÍS. E A INADIMPLÊNCIA DO SETOR DE RADIODIFUSÃO TEM TUDO A VER COM ISSO**



## Do Rio

O último relatório anual do Ecad, com os números de 2012, apresentou um total de R\$ 624,6 milhões arrecadados em todo o Brasil. O valor parece impressionante, mas, se comparado aos de outros grandes do mercado, a conclusão é óbvia: ainda há espaço para crescer. E uma das âncoras dos direitos autorais no país, hoje, é a inadimplência de empresas de radiodifusão.

No Brasil, os segmentos de onde vem a maior parte dos valores arrecadados são os usuários gerais, a TV aberta e os eventos, nesta ordem. São considerados usuários gerais as lojas comerciais, academias de ginástica, clubes, hotéis, restaurantes e outros locais que utilizam música como sonorização ambiental. E o montante que advém deles chega a exceder ligeiramente o da TV aberta. Confira, no gráfico ao lado, a participação de cada um no total arrecadado.

Estes números refletem o foco estratégico do escritório central na arrecadação "no varejo".

O ideal para o sistema de gestão coletiva como um todo seria que a maior parte da remuneração dos titulares fosse proveniente de emissoras de radiodifusão, por conta do alto valor arrecadável e do baixo custo operacional que isso teria. Isso porque a verificação do uso das músicas é mais focada e demandaria menos pessoal. Porém, a realidade mostra que há um grande índice de inadimplência ou de cobranças judiciais na radiodifusão. O que, além de elevar o custo da operação, faz com que o escritório central siga a estratégia de aumentar a base de pagantes junto aos usuários gerais, a fim de reduzir a dependência financeira das grandes empresas de radiodifusão.

Desta maneira, é possível garantir o valor razoável de aproximadamente R\$ 600 milhões que beneficiará mais de 100 mil titulares.

## NO EXTERIOR

A realidade no exterior é bastante diferente da brasileira, tanto em termos de valores arrecadados quanto com relação ao peso que a arrecadação de emissoras de TV e radiodifusão têm sobre a arrecadação total.

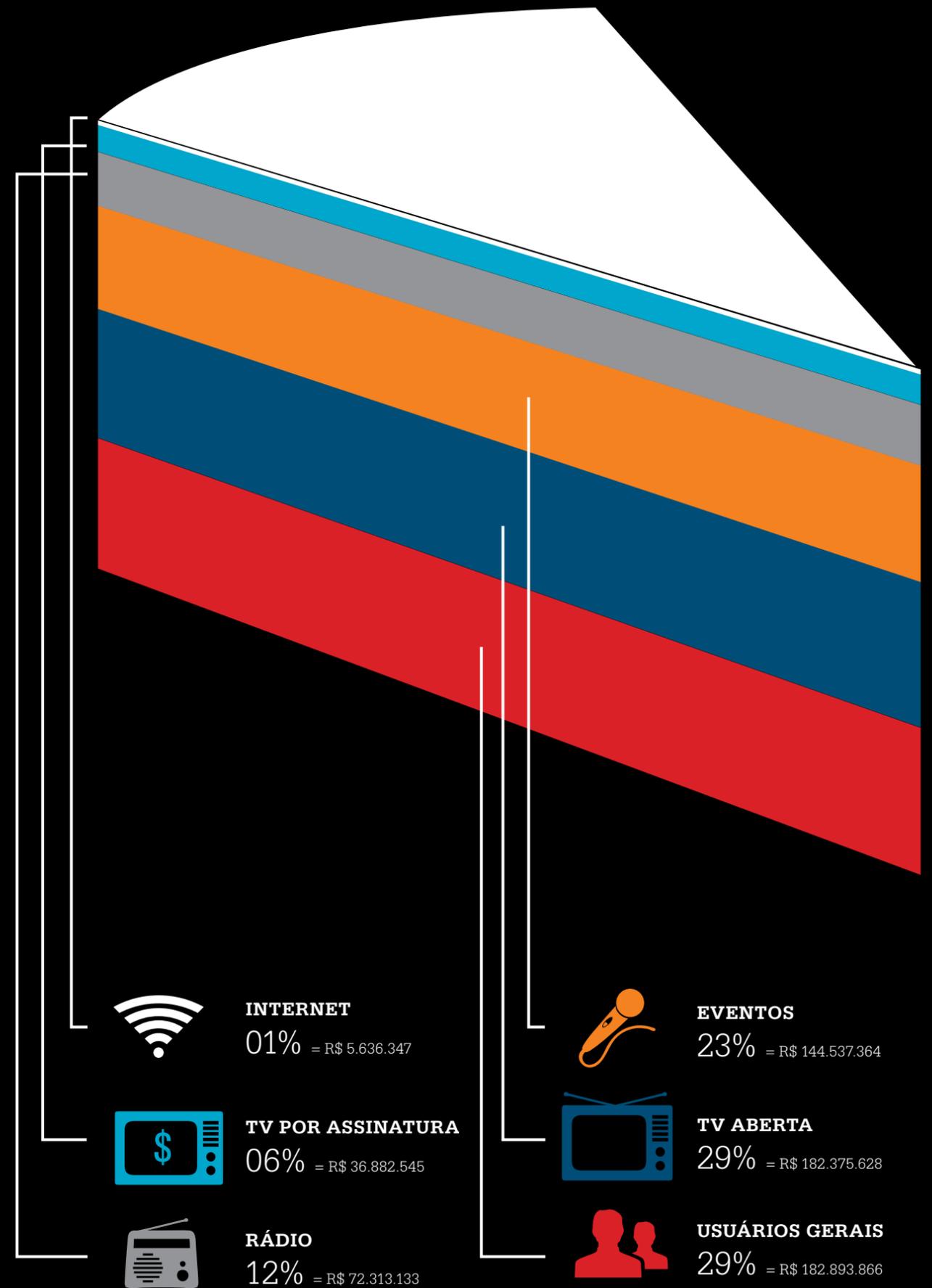
Comparamos os números de 2010 de algumas associações estrangeiras para melhor ilustrar esta diferença.

A PPL e a PRS, que são associações de gestão coletiva de direitos conexos e autorais, respectivamente, arrecadaram de execução pública na Inglaterra um total de 806 milhões de libras em 2010. Destes, 436 milhões de libras (aproximadamente R\$ 1,6 bilhão), ou 54% do total arrecadado, vêm de licenças de rádio e TV.

Na França, a realidade não é diferente. Dos 590 milhões de euros arrecadados, 54% (ou R\$ 991 milhões) vêm de broadcasting, que é o termo usado para definir as emissoras de TV e de rádio. No caso da Sacem, que é a sociedade francesa, estes números não incluem os direitos conexos.

As sociedades americanas mostram uma realidade ainda mais discrepante da nossa. O total arrecadado de broadcasting pelas duas principais sociedades (ASCAP e BMI) soma R\$ 2,9 bilhões. Esse número representa 80% do total arrecadado por estas duas associações. Mas o número real é ainda maior, uma vez que há outras sociedades arrecadadoras por lá, como a SESAC e a Soundexchange, que arrecada direitos conexos em meios digitais.

Será que um dia os números nacionais serão equivalentes aos dos grandes mercados? Certamente, a UBC trabalha nesse sentido.



# FRAUDE CONTRA O ECAD E A UBC TEM CONDENAÇÃO NA JUSTIÇA

**EX-FUNCIONÁRIO DA UBC E CÚMPLICE SÃO CONSIDERADOS CULPADOS DE DESVIO DE MAIS DE R\$ 100 MIL EM DIREITOS AUTORAIS E RECEBEM PENA DE UM ANO E DOIS MESES**

## Do Rio

O ex-funcionário da UBC Rafael Barbur Côrtes, que, em 2011, esteve envolvido num escândalo de fraude envolvendo direitos autorais, foi condenado a um ano e dois meses de restrição de liberdade, assim como sua cúmplice, Bárbara de Mello Moreira. Os dois foram julgados culpados pela juíza Marta de Oliveira Cianni Martins, da 23ª Vara Criminal do Rio, por estelionato (artigo 171 do Código Penal), falsificação de documentos e desvio de recursos. A sentença foi assinada no último dia 9 de agosto.

Acusados de fraudar o sistema do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) para receber indevidamente cerca de R\$120 mil provenientes de direitos autorais, Rafael e Bárbara se utilizaram, de acordo com a Justiça, de documentos falsos para forjar a filiação de um cidadão chamado Milton Coitinho dos Santos, simular parcerias inexistentes entre ele e músicos como Mú Carvalho e Guto Graça Mello e, por meio de uma falsa procuração, receber os valores pelos falsos direitos autorais fraudados. De acordo com a sentença, "ardilosamente, os denunciados não desconsideraram a verdadeira autoria das composições, mas se apropriaram de minutos delas e os atribuíram a Milton Coitinho dos Santos". Os dois, na verdade, usaram o nome e os números de documentos de um motorista de ônibus residente no Rio Grande do Sul para efetivar a fraude. O verdadeiro Milton Coitinho dos Santos não teve qualquer participação no crime.

Foi a própria UBC que constatou e denunciou a fraude à polícia, ressarcindo imediatamente o prejuízo provocado por eles. O Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro (MPE-RJ) ofereceu a denúncia ainda em 2011. Ao longo de mais de um ano, os acusados e diversas testemunhas foram ouvidos, e as provas foram consideradas robustas pela juíza, que os condenou em primeira instância. Ainda cabe recurso.

"Quando a condenação transitar em julgado eles cumprirão a pena que poderá ser convertida em prestação de serviços à comunidade, com restrições (de circulação) nos fins de semana", explica o advogado Marcelo Quintanilha Salomão, assistente de acusação da ação movida pelo MPE-RJ. "Penas menores de quatro anos de reclusão permitem essa conversão."

Para a UBC, o caso não termina ainda. A diretoria informa que moverá uma ação na esfera cível contra os fraudadores para tentar recuperar o valor desviado – R\$ 127,8 mil –, bem como cobrar danos morais. De acordo com Salomão, a condenação criminal oferece uma base sólida para a condenação cível. 

## O DIREITO AUTORAL É UMA CONQUISTA. E VOCÊ PODE AJUDAR A MANTÊ-LA.



**Foram prorrogadas as inscrições para a edição 2013 do nosso concurso nacional de monografias. Até 28 de outubro, serão aceitos de trabalhos feitos por universitários, pesquisadores, professores e profissionais com diploma de graduação que contribuam para o desenvolvimento do direito autoral no Brasil.**

**PARTICIPE E CONCORRA A PRÊMIOS DE ATÉ R\$ 3 MIL, ALÉM DA CHANCE DE VER SEU TRABALHO PUBLICADO. PRÊMIOS PARA OS TRÊS MELHORES TRABALHOS.**

**INSCRIÇÕES ATÉ 28 DE OUTUBRO DE 2013**

**LEIA O REGULAMENTO COMPLETO NO SITE [UBC.ORG.BR/CONCURSO2013](http://UBC.ORG.BR/CONCURSO2013) E BOA SORTE!**

**INFORMAÇÕES:**  
Departamento de Comunicação  
(21) 2223-3233  
[comunicacao@ubc.org.br](mailto:comunicacao@ubc.org.br)



União  
Brasileira dos  
Compositores



**PUBL!T** SOLUÇÕES  
EDITORIAIS

# A UBC É COMO A SUA MÚSICA: ESTÁ EM TODA PARTE.



NO NOSSO SITE, FIQUE POR DENTRO DAS NOVIDADES  
DO MUNDO DA MÚSICA E DOS DIREITOS AUTORAIS  
E TENHA ACESSO A SERVIÇOS. ACESSE  
[WWW.UBC.ORG.BR](http://WWW.UBC.ORG.BR)

PELO TWITTER, TIRE DÚVIDAS, ACOMPANHE DICAS SOBRE  
O MERCADO MUSICAL E LEIA NOTÍCIAS. SIGA-NOS EM  
[WWW.TWITTER.COM/UBCMUSIC](http://WWW.TWITTER.COM/UBCMUSIC)

NO FACEBOOK, FAÇA PARTE DE UMA COMUNIDADE  
QUE JÁ TEM MAIS DE 6 MIL FÃS. SEJA MAIS UM!  
[WWW.FACEBOOK.COM/UBCMUSICA](http://WWW.FACEBOOK.COM/UBCMUSICA)



União  
Brasileira dos  
Compositores